

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

PROJETO DE LEI Nº 1.681/2024

Assegura às mulheres o direito ao pagamento de meia-entrada em eventos culturais, esportivos e de lazer realizados no dia 08 de março de cada ano, no âmbito do Estado da Paraíba, e dá outras providências. **Parecer pela Constitucionalidade da matéria.**

OBJETIVO DA MATÉRIA – Assegurar desconto de 50% sobre o valor normal do ingresso, excepcionalmente no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), para as mulheres em eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer realizados no Estado da Paraíba.

CONSTITUCIONALIDADE – A propositura apresenta todas as condições jurídicas necessárias para sua aprovação visto que não trata de matéria reservada a iniciativa legislativa do Chefe do Executivo, não havendo, portanto, vício de constitucionalidade formal. Em relação aos aspectos de constitucionalidade material compreendemos que a propositura preenche todos os requisitos, permitindo a facilitação do acesso ao lazer e à cultura durante a dia internacional da mulher. Ademais o projeto está alicerçado no princípio da proporcionalidade e da razoabilidade visto que concede apenas um desconto de 50% do valor normal do ingresso e apenas uma vez ao ano, ou seja, no dia 08 de março, não havendo assim interferência do Estado na livre iniciativa de forma ostensiva, mas tão somente pontual e com justificativa plausível.

AUTOR(A): Dep. Chico Mendes

RELATOR(A): Dep. Eduardo Carneiro

P A R E C E R Nº 142 /2023

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o Projeto de Lei nº 1.681/2024, de autoria do Dep. Chico Mendes, o qual tem por

Parecer elaborado com a assessoria institucional do Consultor Legislativo Josean Calixto de Souza, matrícula 290.119-6



“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

escopo assegurar desconto de 50% sobre o valor normal do ingresso, excepcionalmente no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), para as mulheres em eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer realizados no Estado da Paraíba.

Durante o prazo regimental para apresentação de emendas não foi verificada nenhuma iniciativa nesse sentido, sendo em sua forma original que projeto chega para análise dessa relatoria.

O presente parecer foi elaborado com a assessoria institucional prestada por Consultor Legislativo vinculado ao órgão técnico de assessoria das Comissões da Assembleia Legislativa da Paraíba, conforme dispõe o art. 309, IV do Regimento Interno da Assembleia.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise tem por objetivo assegurar desconto de 50% sobre o valor normal do ingresso, excepcionalmente no dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), para as mulheres em eventos culturais, artísticos, esportivos e de lazer realizados no Estado da Paraíba.

O objetivo da propositura fica claro na leitura dos seus dois primeiros artigos, senão vejamos:

Art. 1º - Fica assegurado às mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o direito ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) ou meia-entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de espetáculo, parques aquáticos, zoológicos, exposições, feiras, eventos esportivos, cinemas, teatros, casas de show, e demais locais que promovam eventos de lazer, entretenimento e difusão cultural, no âmbito do Estado da Paraíba.

§1º - Consideram-se casas de espetáculo, para os efeitos desta lei, os estabelecimentos que realizam ou exibem espetáculos musicais, circenses, teatrais, cinematográficos, de artes plásticas e artísticas em geral.

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

§2º - Ficam proibidos os estabelecimentos alterarem os valores do ingresso em virtude desta Lei.

Art. 2º - O direito a que trata esta lei será concedido anualmente, somente no dia 08 de março, em alusão à comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Em que pese o interesse público aventado pelo nobre Deputado quando da apresentação da presente matéria, cabe a essa Douta Comissão de Justiça analisar a compatibilidade da propositura com a Constituição Federal, Estadual e a legislação pertinente, realizando um controle prévio de constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei no âmbito da competência estadual. É função desse colegiado agir como guardião da supremacia da Constituição e da legalidade, fazendo um verdadeiro controle preventivo de constitucionalidade em âmbito estadual, evitando que leis inconstitucionais ou ilegais façam parte do nosso ordenamento jurídico. Deste modo, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação cumpre um papel de fundamental importância para a segurança jurídica da nossa sociedade, fundamentada na força normativa da Constituição, realiza o aperfeiçoamento do sistema jurídico estadual.

Na justificada que acompanha o projeto o autor da propositura aduz que:

A presente proposta legislativa objetiva assegurar à mulher paraibana, no dia 08 de março de cada ano, o direito ao ingresso nos estabelecimentos citados acima, mediante o pagamento do valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

ingresso. O dia 08 de março de cada ano é dedicado, mundialmente, a ressaltar o papel importante da mulher na sociedade e as conquistas que as mulheres conseguiram ao longo de décadas. A mulher tem um papel fundamental na formação da família e na educação dos filhos, transmitindo valores e conhecimentos para as futuras gerações. Além disso, tem se destacado cada vez mais em diversas áreas, como a política, a ciência, a arte e o empreendedorismo. Portanto, entendemos que é justo que as mulheres paraibanas sejam cada vez mais lembradas e homenageadas e possam usufruir e desfrutem de lazer, cultura, diversão e arte, atividades estas que renovam a esperança e recarregam as energias para quem se divide em várias jornadas, atendendo as demandas que assumem, com garra e determinação.

Em relação a matéria ora em análise, mesmo reconhecendo o nobre intuito do parlamentar ao apresentar o projeto, nesse estágio do processo legislativo nosso objetivo é realizar uma análise eminentemente jurídica acerca da admissibilidade constitucional da matéria. Devemos ater-se especificamente sobre adequação da matéria com a ordem jurídica vigente, sendo os aspectos relacionados ao mérito, caso reconhecida por esse colegiado a admissibilidade constitucional da matéria, analisados em momento oportuno pela Comissão de Mérito competente e por fim pelo Plenário da Assembleia.

Ao fazermos uma análise da compatibilidade da proposta com a ordem constitucional vigente compreendemos que a propositura apresenta todas as condições

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

jurídicas necessárias para sua aprovação visto que não trata de matéria reservada a iniciativa legislativa do Chefe do Executivo, não havendo, portanto, vício de constitucionalidade formal. Em relação aos aspectos de constitucionalidade material compreendemos que a propositura preenche todos os requisitos, permitindo a facilitação do acesso ao lazer e à cultura durante a dia internacional da mulher. Ademais o projeto está alicerçado no princípio da proporcionalidade e da razoabilidade visto que concede apenas um desconto de 50% do valor normal do ingresso e apenas uma vez ao ano, ou seja, no dia 08 de março, não havendo assim interferência do Estado na livre iniciativa de forma ostensiva, mas tão somente pontual e com justificativa plausível.

Por fim, o STF já se manifestou através da Tese 917 (Repercussão Geral), assegurando que não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo, lei que embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).

Nestas condições, e com fundamento nos argumentos elencados, opino seguramente pela **Constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.681/2024**.



DEP. EDUARDO CARNEIRO
RELATOR

“Comissão de Constituição, Justiça e Redação”

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do voto do relator, vota por unanimidade, pela **Constitucionalidade** do **Projeto de Lei nº 1.681/2024**.

É o parecer.



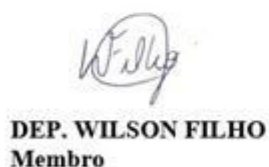
João Gonçalves de Amorim Sobrinho
Deputado Estadual



DEP. CAMILA TOSCANO
Membro



DEP. EDUARDO CARNEIRO
MEMBRO



DEP. WILSON FILHO
Membro

DEP. CHICO MENDES
Membro

DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Membro

DEP. FELIPE LEITÃO
Membro